



ID: 50602182

04-11-2013

ELECTRICIDADE

Os peritos querem um novo mercado para a energia... mas não sabem como

Devem as renováveis ter subsídios? E a produção térmica? Não há consensos

MIGUEL PRADO

miguelprado@negocios.pt

Os debates em torno da energia e do mercado da electricidade frequentemente redundam num impasse entre a irredutibilidade dos engenheiros e o calculismo dos economistas. Ou vice-versa. Vários especialistas vêm questionando se o actual desenho dos mercados eléctricos faz sentido. Pressionada pelo preço da aposta em fontes mais limpas, a Europa está longe de ter uma abordagem comum. “O preço de mercado hoje não remunera nenhuma tecnologia. Esperando que com 50 euros por megawatt hora (MWh) surja investimento, podemos esperar sentados”, desabafa Pedro Neves Ferreira, director de planeamento energético da EDP.

O actual preço grossista preocupa os produtores. Mas não só. “Com 50 euros por MWh o custo médio de fornecer energia não é coberto”, concorda o secretário de Estado da Energia, Artur Trindade. “O investidor vai esperar por aumentos dos preços. Que poderão não ser socialmente aceites”, advertiu o governante na sexta-feira, num encontro da Elecpor, a associação portuguesa do sector eléctrico.

Segundo Pedro Ferreira, há uma “tese dominante”, de “deixar os mercados funcionar”, que está a ser posta em causa. Os seus defensores advogam que todas as fontes de electricidade devem concorrer numa “pool”, incluindo as renováveis, gerindo com “muita cautela” os mecanismos de pagamento de capacidade, como a garantia de potência. Mas segundo o responsável da EDP “os desenvolvimentos que os países estão a ter não vão no sentido desta tese dominante”, já que pela Europa se multiplicam leilões, fora do mercado, para atribuir tarifas às renováveis, com uma aceitação crescente das garantias de potência à produção térmica, como a das centrais de ciclo combinado.

Uma nova tendência à vista?

“Para embaratecer os custos do sector temos de baixar o custo do capital. Baixar o custo do capital implica reduzir risco e isso passa por contratos de mais longo prazo”, defende Pedro Ferreira. “A concorrência deve cada vez mais ser feita pelo mercado e não em mercado”, nota.

Em curso pode estar uma nova tendência do mercado eléctrico... já conhecida do passado. Um sector cujos preços serão ditados sobretudo por contratos de aquisição de energia firmados bilateralmente entre produtor e comercializador, minimizando a volatilidade dos preços



Artur Trindade | Secretário de Estado da Energia quer que consumidores participem na reconfiguração do mercado.

grossistas na “pool”. O responsável da EDP está ciente do cepticismo de Bruxelas. “Nota-se um desconforto da Comissão Europeia em relação à contratação de longo prazo e há uma certa preguiça de pensar nos mecanismos de capacidade”, diz.

Expor o sector eléctrico a mais contratos de longo prazo teria um benefício para as empresas eléctricas e consumidores: menor volatilidade tarifária. Mas esse caminho pode deixar a formação dos preços num núcleo restrito de “players”: quem tiver maior capacidade de produção terá vantagem negocial. Que margem terão os pequenos produtores para vender energia? Como serão acautelados os interes-

ses dos consumidores finais?

“Agarrados ao velho modelo”

Jorge Vasconcelos, consultor da New Energy Solutions e ex-presidente do regulador da energia, admite ser necessária uma mudança. “Estamos agarrados ao velho modelo de oferta das grandes centrais. É preciso abri-lo aos pequenos produtores descentralizados”, advoga. “Pode isto ser conciliado com um mercado europeu? Penso que sim, vamos lá chegar”, acrescenta.

O mesmo responsável considera que há vários “paradoxos” no sector eléctrico e um deles é a liberalização do mercado retalhista. “A ideia de dar o direito de escolha era

uma decisão ideológica. Desde 2007 temos o direito de escolher o nosso fornecedor de energia”, recorda Vasconcelos. “Quando isso apareceu na Europa não havia grande justificação económica, não havia condições para a participação económica da procura no mercado. Agora existem as tecnologias para isso”, nota. Contagem inteligente, micro-produção, armazenagem através de veículos eléctricos. Tudo isso poderá mudar as regras do jogo.

Mercado alemão para inglês ver

Thomas Barth, CEO da E.ON Energie, foi convidado pela Elecpor para relatar a experiência alemã de transição energética. A decisão de há

Não é realista pensar que os mercados vão funcionar como estavam organizados.

ARTUR TRINDADE

Secretário de Estado da Energia

Esperando que com 50 euros por MWh surja investimento... podemos esperar sentados.

PEDRO NEVES FERREIRA

Director Planeamento Energético da EDP

dois anos de abandonar a opção nuclear veio acentuar o choque entre as renováveis e as centrais de ciclo combinado a gás natural. “Devemos tentar encontrar um modelo organizado e harmonizado de gerir os mercados dos vários Estados-membro”, apelou o gestor da E.On.

O mercado comum europeu está longe de seduzir os britânicos. E isso aplica-se, também, à energia. Segundo Malcolm Keay, investigador do Oxford Institute for Energy Studies, o Reino Unido está determinado em tomar a dianteira, sem esperar pelas (in)decisões do continente. “O interessante é que o Reino Unido foi o primeiro mercado europeu a avançar para a liberalização e agora será, creio, o primeiro a avançar para a pós-liberalização”, afirmou Keay em Lisboa.

Pensar nos consumidores

A ideia de um mercado pós-liberalização vai ganhando adeptos. “Não é realista pensar que os mercados vão funcionar como estavam organizados”, declara Artur Trindade, que considera que é preciso evitar a escalada de preços. “Devemos agir à escala europeia e informar os consumidores”, defende. “É importante que os consumidores participem neste processo”, acrescenta.

Mas o secretário de Estado reconhece que “nem toda a gente na Europa está alinhada pelos mesmos interesses”. A forma como o Velho Continente vai gerir os desafios climáticos e a competitividade das indústrias poderá ser determinante para o novo desenho que o mercado energético possa vir a ter.